

**POLÍTICA EDUCACIONAL, SAÚDE E RESPEITO À DIVERSIDADE
SEXUAL**

**EDUCATION POLITICS, HEALTH AND RESPECT TO THE SEXUAL
DIVERSITY**

**POLÍTICA DE LA EDUCACIÓN, LA SALUD Y EL RESPETO A LA
DIVERSIDAD SEXUAL**

Cleide de Oliveira Fernandes¹

Maria Luisa Pedroso de Lima Brusse²

Alessandra Correa Cabrera³

Ulisses Ferreira de Araújo⁴

RESUMO: A escola é o espaço de convivência heterogênea, com possibilidades de reflexão sobre os estereótipos de gênero e sexualidade. O objetivo desse estudo foi investigar se a instituição escolar desenvolve projetos relacionados à diversidade. Participaram 12 docentes da rede de ensino pública e privada do Estado de São Paulo. A metodologia da pesquisa foi qualitativa e quantitativa, por meio de um questionário distribuído aos docentes; 92% das escolas dos entrevistados não realizam projetos pedagógicos relacionados à diversidade sexual, 92% dos docentes consideram relevante dialogar sobre a temática, destes, apenas 50% estão preparados para atuarem num ambiente com diversidade sexual. Concluimos que, a temática sobre diversidade precisa ser inserida nos projetos educacionais transdisciplinares.

PALAVRAS-CHAVE: Diversidade Sexual. Direitos Humanos. Trabalho com Projeto. Saúde.

ABSTRACT: The school is heterogeneous living space with possibilities of reflection on gender

¹ Mestre. Professora Tutora-Colaboradora do Curso de Especialização em: 'Ética, Valores e Cidadania na Escola' pela Universidade de São Paulo (USP) e pela Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP). E-mail: cleideof.evs.usp@gmail.com

² Especialista. Professora-Cursista do Curso de Especialização em: 'Ética, Valores e Cidadania na Escola' pela USP e UNIVESP. E-mail: malubrusse@gmail.com

³ Especialista. Professora-Cursista do Curso de Especialização em: 'Ética, Valores e Cidadania na Escola' pela USP e UNIVESP. E-mail: ale.cabrera@bol.com.br

⁴ Professor Livre-docente da Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo (USP). E-mail: uliarau@usp.br

and sexuality stereotypes. The aim of this study was to investigate whether educational institution develops projects related to diversity. Participated 12 teachers from the public school system and private and state of São Paulo. The research methodology was qualitative and quantitative, through a questionnaire distributed to teachers; 92 % of schools of respondents do not realize pedagogical projects related to sexual diversity, 92% of teachers consider relevant dialogue on the subject, of these, only 50% are prepared to work in an environment where sexual diversity. We conclude that the theme of diversity needs to be entered in transdisciplinary educational projects.

KEYWORDS: Sexual Diversity. Human Rights. Working with Projects. Health.

RESUMEN: La escuela es el espacio habitable heterogénea, con posibilidades de reflexión sobre los estereotipos de género y sexualidad. El objetivo de este estudio fue investigar si la institución educativa desarrolla proyectos relacionados con la diversidad. Los participantes fueron 12 profesores del sistema de escuelas públicas y privadas del Estado de São Paulo. La metodología de investigación fue cualitativa y cuantitativa, a través de un cuestionario distribuido a los maestros; 92 % de las escuelas de los encuestados no se dan cuenta los proyectos pedagógicos relacionados con la diversidad sexual, 92 % de los profesores considera relevante el diálogo sobre el tema, de estos, sólo el 50 % están dispuestos a trabajar en un ambiente donde la diversidad sexual. Llegamos a la conclusión de que el tema de la diversidad debe ser ingresado en proyectos educativos transdisciplinarios.

PALABRAS CLAVE: La diversidad sexual. Derechos Humanos. Trabajando con el Proyecto. Salud.

INTRODUÇÃO

A escola é o contexto social no qual o indivíduo vive grande parte de sua vida, também é um dos principais espaços de formação cidadã, de socialização do conhecimento científico, de consciência crítica, contatos interpessoais, diálogo, acolhimento, normas, construção de padrões, desenvolvimento da personalidade, identidades e respeito; por isso contribui na inclusão de estudos sobre a diversidade, que promove no discente o senso de auto-responsabilidade, valores, autonomia, independência e compromisso para com o seu próprio corpo (FONTES; COSTA; SILVA, 2015; ARAÚJO, 2000; CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO, 2004; ARAÚJO, 2008; HANNA; D'ALMEIDA; EYNG, 2009; JUNQUEIRA, 2009; BRÊTAS et al., 2011; PÁTARO; ALVES, 2011; PEREIRA; BAHIA, 2011; CAVALCANTE; MACHADO, 2013; ANJOS, 2014).

O aumento expressivo das discussões de temáticas sobre a diversidade e direitos à saúde sexual, em diferentes ambientes escolares e na sociedade, são destaques nas

palavras textuais de Henriques et al. (2007, p. 9):

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (Secad/MEC) entende que, em uma perspectiva inclusiva, políticas educacionais que correlacionam gênero, orientação sexual e sexualidade não devem se restringir à dimensão, de todo modo importante, dos direitos à saúde sexual e reprodutiva.

Nesse sentido, de forma ética, social, inclusiva e emancipadora a orientação sexual na escola está sugerida nos novos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) elaborados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), oferecendo autonomia as instituições de ensino para decidirem a forma de abordarem esta temática (FIGUEIRÓ, 2006; TONATTO; SAPIRO, 2002; HENRIQUES et al., 2007; BORTOLINI; CASSAL, 2010; SILVA; NARDI, 2011).

De acordo com Anjos (2014, p. 244):

[...] a defesa da transmissão dos conteúdos clássicos (e da apropriação desses conteúdos por parte do aluno) consiste [...] às funções psíquicas superiores, intencionais e voluntárias. Na adolescência, o desenvolvimento dessas funções psíquicas constitui um processo único, centrado na formação de conceitos, e essas novas funções psíquicas superiores se convertem em funções do pensamento, possibilitando o autodomínio da conduta e a estruturação da personalidade e da concepção de mundo nessa idade de transição.

Assim, os conteúdos escolares colaboram com o desenvolvimento da personalidade, das funções psíquicas conduzidas pelas funções executivas superiores na organização, planejamento e formação do sujeito (ARAÚJO, 2000; BONALDO; CIASCA; FERNANDES, 2007; HENRIQUES et al., 2007; ANJOS, 2014); por isso, é imprescindível a discussão sobre política educacional, saúde, inclusão, diversidade, direitos humanos, entre outros, no processo de formação dos discentes (SILVA; NARDI, 2011); e embora a diversidade sexual seja tema e discussões nos movimentos sociais, além de investimentos e políticas públicas, ainda percebemos a urgência de novos estudos que priorizem entender os diferentes aspectos associados à diversidade sexual na trajetória escolar dos sujeitos, de modo que possibilite abordagens que não se restrinja apenas ao aspecto biológico (TOLEDO; VARGAS, 2013; FONTES; COSTA; SILVA, 2015). Neste contexto, será que os docentes estão preparados para atuar num ambiente com Diversidade Sexual? Os temas transversais possibilitam tal atuação, mas, será que as instituições de ensino têm projetos sobre a temática, e que também incluam a família? Indagações que fazem parte das problemáticas do presente estudo.

DIREITOS HUMANOS

A ideia de direitos humanos é remota tanto quanto à própria história das civilizações, tendo se manifestado em culturas distintas e em momentos históricos sucessivos, na afirmação da dignidade da pessoa humana e na luta contra todas as formas de exclusão. (TRINDADE, 1997; HANNA; D'ALMEIDA; EYNG, 2009).

Segundo Araújo (2008), Hanna; D'Almeida; Eyng, (2009) e Junqueira (2009), os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são históricos nascidos em diferentes circunstâncias e caracterizados por lutas em defesa da liberdade contra poderes arcaicos. Neste contexto, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1988 objetiva defender o direito do cidadão à educação, o respeito entre os povos, os valores, além da formação ética. Entende-se que, os direitos são expressões legais da dignidade humana:

[...] uma qualidade intrínseca, inseparável de todo e qualquer ser humano, é característica que o define como tal. Concepção de que em razão, tão somente, de sua condição humana e, independente, de qualquer outra particularidade, o ser humano é titular de direitos que devem ser respeitados pelo Estado e por seus semelhantes (SARLET, 2008, p. 15).

Desse modo, ao analisar a situação de preconceito e desrespeito aos direitos humanos, depara-se com um desafio enorme para os educadores: criar condições pedagógicas para formar uma cultura de direitos e de respeito à dignidade humana. Já que cada ser humano tem direito de escolher suas opções e opiniões no decorrer de sua vida (JUNQUEIRA, 2009; PEREIRA; BAHIA, 2011).

Em 05 de maio de 2011, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade de n. 4.277 e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental de n. 132, o Supremo Tribunal Federal, por onze votos a zero, decidiu equiparar as relações entre pessoas do mesmo sexo às uniões estáveis entre homens e mulheres, sendo reconhecida de forma unânime a união homoafetiva como um núcleo familiar, um quarto modelo de família, reconhecendo os direitos dos casais homoafetivos (LGBT) [...] (BALESTERO, 2011, p. 6).

Assim, cada educador precisa: promover no trabalho cotidiano a vivência da liberdade e da igualdade; ser indiferente em relação às escolhas individuais; construir, junto aos educandos, o respeito à diversidade e lutar contra qualquer forma de violência, inclusas, nesse contexto, aquelas originadas pelo preconceito da diversidade sexual entre as lésbicas, gays,

bissexuais e transgêneros (LGBT) (JUNQUEIRA, 2009; SANDERS; DOWNER, 2013).

DIVERSIDADE SEXUAL

A diversidade é a aceitação do que é diferente em todos os aspectos, independente da classe social, poder socioeconômico, idioma, raça, cultura, idade, crenças, valores, entre outros, já que todas as pessoas têm direitos estabelecidos no Artigo II da Declaração Universal dos Direitos Humanos, sem distinções (FONTES; COSTA; SILVA, 2015; ARAÚJO, 2008; SANDERS; DOWNER, 2013).

A atuação do Conselho Nacional de Educação (CNE) tem sido decisiva para o aprimoramento da atuação do Ministério como orientador de políticas curriculares, como foi o caso da regulamentação da Lei n. 10.639/03, que trata das relações étnico-raciais na educação [...] (HENRIQUES et al., 2007, p. 38).

Sendo assim, as políticas públicas educacionais são fundamentais na formação continuada do docente. Neste aspecto, em 1960 o escritor Paulo Freire já enfatizou a opressão no contexto escolar em seus escritos literários: ‘Pedagogia do Oprimido’ priorizando uma pedagogia libertadora, porém, desde meados dos anos 30, o advogado, educador e escritor Anísio Teixeira (1900-1971), também já descrevia a importância da educação ser laica, gratuita, e com princípios pedagógicos fundamentados na evolução do ser humano, direitos e formação continuada em prol da expansão do conhecimento (FONTES; COSTA; SILVA, 2015; ALVES; OLIVEIRA, 2008; SILVA; NARDI, 2011; PARANÁ, 2015).

No artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no. 9.394/1996 (LDBEN), a diversidade é enfatizada nos currículos desde o Ensino Fundamental e Médio, já que estes devem ter uma base comum nacional que será complementada, em cada sistema de ensino e em cada escola, por uma parte diversificada (PÁTARO; ALVES, 2011; BANDEIRA; SOUSA; HERNANDES, 2012).

No contexto da Pós-Graduação, desde 1980 estes assuntos ganharam novas discussões em grupos de pesquisa, com enfoque na diversidade de gêneros: gays e lésbicos (BORTOLINI, 2010; ABROMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004; HENRIQUES et al., 2007; JUNQUEIRA, 2009; PEREIRA; BAHIA, 2011). Portanto, “[d]iscutir diversidade sexual e gênero na escola, na perspectiva dos direitos humanos é transversalizar as ações; trazer todos para a escola, para discussão e construção de novos caminhos. Certamente, não é um trabalho fácil;

estes encontros produzem tensões e disputas” (BORTOLINI; CASSAL, 2010, p. 6). Assim, no que se refere à diversidade sexual, a diferença não é exclusiva ao exercício do sexo, mas, as diferentes fases da sexualidade, adquiridas no decorrer da vida do sujeito (SANTANA, 2012; FONTES; COSTA; SILVA, 2015; HANNA; D’ALMEIDA; EYNG, 2009; BRÊTAS et al., 2011; PÁTARO; ALVES, 2011).

De acordo com Araújo (2000), Tonatto e Sapiro (2002), Junqueira, 2009, Packer-Williams et al. (2010) e Bandeira, Sousa e Hernandez (2012), a discussão da diversidade nas atividades cotidianas precisa acompanhar o currículo escolar inserido na sociedade contemporânea, paralelo ao aprendizado e à formação do discente dialeticamente, seguindo o processo histórico e cultural; e mesmo:

O Projeto de Lei Complementar n. 122/2006, oriundo da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais e Travestis (ABGLT), cuja relatora é a senadora Fátima Cleide (PT-RO), ainda não foi votado pelo Congresso Nacional [...] (BALESTERO, 2011, p. 11).

Apesar das discussões que acontecem no país, a escola é um dos espaços públicos onde muitos dos cidadãos são vitimados por atos de preconceitos; instrumentalização e orientação no desenvolvimento da criança e do adolescente; e que, a instituição escolar brasileira, ao classificar os sujeitos pela classe social, etnia e sexo, tem historicamente contribuído para (re) produzir e hierarquizar as diferenças (HENRIQUES et al., 2007; ALVES; OLIVEIRA, 2008, PEREIRA; BAHIA, 2011; SILVA; NARDI, 2011).

Entretanto, é preciso expandir a abrangência de ações inclusivas, incluindo formação continuada de professores e projetos educacionais, que possibilitem a expressão das diferenças: étnicas, religiosas, de orientação afetivo-sexual, saúde sexual reprodutiva, direito sexual, políticas educacionais, políticas sociais, além de conduzir o sujeito a compreender os seus direitos e de deveres, em sociedade (ADRIÃO et al., 2010; BANDEIRA; SOUSA, HERNANDES, 2012; PARANÁ, 2015).

PROJETOS EDUCACIONAIS, TEMAS TRANSVERSAIS E SAÚDE

Os projetos permitem re-planejar o ensino e as atividades curriculares. (ARAÚJO, 2008; PÁTARO; ALVES, 2011).

Nas palavras textuais de Figueiró (2006, p. 3):

Considero válido começarmos este tópico abordando como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) propõem que se ensine sobre sexualidade nas escolas, para, em seguida, tratarmos de vários modelos de estratégias. Conforme já é sabido pelos professores, segundo os PCNs, a Educação Sexual deve ser inserida como um tema transversal, ou seja, como um assunto ministrado no interior das várias áreas de conhecimento, perpassando cada uma delas [...]

Neste enfoque, o contexto escolar é um espaço de formação de cidadãos éticos, críticos, conscientes, que atuarão com autonomia individual e coletivamente na sociedade, em prol da formação cidadã, e os temas transversais são um conjunto de conteúdos educativos e eixos integradores na prática pedagógica escolar articulada com o currículo com questões científicas e contextualizadas sobre o cotidiano (HERNÁNDEZ, 1998; ARAÚJO, 2000; ARAÚJO, 2007; JUNQUEIRA, 2009; PÁTARO; ALVES, 2011; PEREIRA; BAHIA, 2011; FERNANDES et al., 2013).

No contexto transdisciplinar, emancipatório dos direitos básicos garantidos pela Constituição de 1988, a educação por ser direito universal, é o espaço mais acessível inclusive por aqueles socialmente marginalizados, negros, pobres, o que torna o ambiente escolar importante espaço de promoção da cidadania, primário de educação formal e para além da sua função, que é dá ordem do conhecimento, e tem por desafio articular e executar as políticas públicas, a legitimidade da pluralidade de gênero, discutir os valores culturais e éticos, e permitir a desconstrução de normas rigidamente estabelecidas a fim de garantir que esses princípios sejam alcançados. Por outro lado, os temas transversais articulado com os currículos transformam o ensino-aprendizagem, e uma escola alternativa que trabalha com projetos e que esteja aberta ao meio social em que se insere, esboça e compartilha uma série de valores em torno de um projeto comum para todos e representam pedagogicamente uma maneira de compreender e vivenciar o processo educativo, além de participar de diferentes desafios da sociedade (FONTES; COSTA; SILVA, 2015; HERNÁNDEZ, 1998; TONATTO; SAPIRO, 2002; MOTT, 2006; ARAÚJO, 2007; HENRIQUES et al., 2007; JUNQUEIRA, 2009; HANNA; D'ALMEIDA; EYNG, 2009; ARAÚJO; ARANTES; HOMERO, 2009; PÁTARO; ALVES, 2011; PEREIRA; BAHIA, 2011; SILVA; NARDI, 2011; BANDEIRA; SOUSA; HERNANDES, 2012; CAVALCANTE; MACHADO, 2013).

Segundo Alves e Oliveira (2008), Araújo (2007), desde o final do século XX os pesquisadores espanhóis Jurjo Torres Satomé e Fernando Hernández já enfatizavam um currículo

integrador. Nesta perspectiva, outra iniciativa de projetos integradores com enfoque curricular na aprendizagem problematizadora foi criada no final dos anos 60 pela universidade *McMaster University Medical School*, do Canadá com a metodologia de *Problem Based Learning* (PBL) ou Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) por Projetos “[...] com enfoque na temática de saúde e de construções que favoreçam a prática e formação docente [...]” (FERNANDES et al., 2013, p. 33), por meio da atividade autônoma do discente já que o professor é o mediador orientador dos estudos e das tarefas integradoras, que são norteadoras pela construção do conhecimento com profissionalismo, conhecimento, criatividade e inovação (ARAÚJO; SASTRE, 2009; ARAÚJO; ARANTES; HOMERO, 2009; JUNQUEIRA, 2009; FERNANDES-MONTEIRO; GUEDES; MONTEIRO, 2013).

A Pedagogia de Projetos surge como uma mudança de postura pedagógica fundamentada na concepção de que a aprendizagem ocorre a partir da resolução de situações didáticas significativas para aluno, aproximando-o ao máximo do seu contexto social, através do desenvolvimento do senso crítico, da pesquisa e da resolução do problema. Os projetos de atividades se inserem dentro de uma perspectiva de mudança, pois partem de situações-problema [...] (ALVES; OLIVEIRA, 2008, p. 21).

Porém, os trabalhos com projetos têm a definição do tema vinculado (diversidade sexual) com os artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos juntamente com os conteúdos previstos no currículo escolar, bem como a relevância do tema na construção da identidade, sendo uma opção que favorece o estudo, a reflexão e a atuação dos alunos numa perspectiva ética (HERNÁNDEZ, 1998; FIGUEIRÓ, 2006; ARAÚJO, 2007; ARAÚJO, 2008; BRÊTAS et al., 2011; PEREIRA; BAHIA, 2011; SILVA; NARDI, 2011).

Outros estudiosos do assunto, Araújo (2000), Alves e Oliveira (2008), Araújo, Arantes e Homero, (2009), Araújo e Sastre (2009), Brêtas et al. (2011), Bandeira, Sousa e Hernandes (2012), afirmam que, com a proposta de que se aprende participando, vivenciando sentimentos, atitudes diante dos fatos, escolhendo procedimentos para atingir determinados objetivos. Ensina-se não só pelas respostas dadas, pelas experiências vivenciadas, pelos problemas criados, pela ação desencadeada. Ao participar de um projeto envolve uma experiência educativa em que o processo de construção do conhecimento está integrado às práticas vivenciadas no contexto familiar, educacional, social e histórico.

De acordo com Abromovay, Castro e Silva (2004), Henriques et al. (2007),

Junqueira (2009), Bortolini e Cassal (2010), Balestero (2011) e Silva e Nardi (2011), os anos 60 foi registrado pelo início do processo de aprofundamento das mudanças sociais com relação ao comportamento e à sexualidade, o movimento de Gays e lésbicos e o feminista, e colaboraram para essas transformações; em todo momento de mudança, a realidade atual vivencia variáveis contradições, em destaque: atitudes violentas entre pessoas, grupos isolados e até muitas instituições conservadoras, preconceituosas e discriminatórias. Esse embate entre o novo e o conservador, entre a conquista dos direitos e a repressão originada nos preconceitos se dá no âmbito social, em diferentes lugares e momentos, tais como, na família, no círculo de amigos, na comunidade, no trabalho e na escola. Já em 1980 a 1985, no país novas discussões foram elucidadas no contexto social e médico; e em 1990 as discussões migraram para as minorias sexuais e cidadania (MOTT, 2006; SILVA; NARDI, 2011).

Portanto, há um momento de transição e transformações dos paradigmas de comportamento sexual e afetivo na nossa sociedade, mesmo sem atuações efetivas, por exemplo: “[o] projeto de Parceria Civil Registrada entre pessoas do mesmo sexo, depositado na Câmara dos Deputados em 1995 pela deputada Marta Suplicy, continua engavetado” (MOTT, 2006, p. 513). Dessa forma, a discussão política educacional precisa ser integrada ao currículo e mediada pelos projetos educacionais; mas, a Educação tem a possibilidade de contribuir com a diminuição da homofobia, por meio de ações que promovam a construção de uma sociedade justa e equânime e que garantam os direitos humanos, por intermédio da integração das Políticas Públicas citadas aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), para a Orientação Sexual (HERNÁNDEZ, 1998; TONATTO; SAPIRO, 2002; ARAÚJO, 2007; JUNQUEIRA, 2009; PEREIRA; BAHIA, 2011; SILVA; NARDI, 2011).

O pedagogo, escritor, pesquisador e professor livre-docente Ulisses Ferreira de Araújo, no decorrer dos seus estudos, (ARAÚJO, 2000, 2008; ARAÚJO; ARANTES; HOMERO, 2009) propõe que, a partir de um sistema de valores, integrativo e essencialmente educativo de uma escola, situa-se a perspectiva moral, ou seja, definir um sistema de valores básicos para a vida e para a convivência, o que sem dúvida, traduz-se numa educação moral e pró-social. Esse sistema constaria de valores tais como: justiça, solidariedade, igualdade, vida, liberdade, tolerância, respeito, responsabilidade, paz e saúde.

Assim, a “[...] saúde precisa ser abordada de forma transversal, integrada e

intersetorial, com diálogo entre educação e saúde, compondo redes de compromisso e coresponsabilidade para a mobilização de ações” (COSTA et al., 2013, p. 506). Dessa forma, é preciso ações colaborativas, já que na área da saúde, os projetos educacionais discutem questões educativas com diferentes propostas pedagógicas, por exemplo, o grande avanço das doenças imunológicas sexualmente transmissíveis, em destaque o Vírus da Imunodeficiência Humana ou *Human Immunodeficiency Virus* (HIV), que foram incentivados pelo Ministério da Saúde e da Educação no final dos anos 80 por meio dos projetos de educação sexual, e timidamente iniciou-se novas discussões sobre o cuidado e bem-estar do ser humano no contexto médico, social e escolar (FONTES; COSTA; SILVA, 2015; CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO, 2004; HENRIQUES et al., 2007; JUNQUEIRA, 2009; LOPES et al., 2010; COSTA et al., 2013).

Nessa perspectiva, todo conhecimento é construído articulado com o contexto social, e, os projetos permitem os discentes e os docentes acompanharem essas mudanças (ARAÚJO, 2000; BANDEIRA; SOUSA; HERNANDES, 2012).

SUJEITOS E MÉTODOS

Realizou-se um estudo descritivo, observacional, de natureza qualitativa e quantitativa, por meio de um questionário com 11 questões do tipo aberta e fechada, foram coletadas informações sobre ter ou não projetos de diversidade sexual na escola em que atuam; o que permitiu uma análise com interpretação baseada em dados estatísticos e na compreensão de textos concomitantemente, já que a abordagem mista é uma estruturação que amplia a análise do pesquisador, permitindo obter relações entre as variáveis ao mesmo tempo em que se faz suposições sobre os dados obtidos associado às pesquisas qualitativas e quantitativas (CRESWELL, 2007).

Já a população que aceitou fazer parte deste estudo foi composta por 12 docentes entre 20 a 54 anos de ambos os sexos; atuantes nas áreas de Humanas, Biológicas e Exatas do Ensino Fundamental e Médio no Estado de São Paulo em três instituições particulares, sete Estaduais e quatro Municipais, alguns docentes acumulam cargos.

RESULTADOS

A pesquisa priorizou verificar os dados apresentados na literatura e destacar os resultados da pesquisa sobre os projetos desenvolvidos no contexto escolar.

Dados deste estudo destacaram que, em 92% das escolas (três privadas, sete estaduais e quatro municipais) onde os entrevistados atuam não há projetos pedagógicos relacionados à Diversidade Sexual e na única escola em que há projetos, o mesmo não é direcionado exclusivamente a essa temática, mas sim, ao respeito às diversidades de modo geral.

Já na pesquisa de Costa et al. (2013, p. 512) foi indagado aos professores sobre as suas expectativas em relação aos projetos de promoção da saúde e suas ações, os dados relatados foram:

[...] Então as minhas expectativas é que futuramente esse quadro modifique, que a educação seja olhada de uma maneira melhor e, que a gente possa ter mais tempo para trabalhar mais as questões de saúde [...] (DVI-10).

Dessa forma, ações governamentais, de promoção da saúde, políticas educacionais, são criadas para incentivar a valorização da diversidade e combater à discriminação da orientação sexual; por isso, trabalhar com a metodologia de projetos dentro da escola é uma forma de introduzir a discussão de diversas problemáticas como a discriminação, a violência, o preconceito entre outras temáticas polêmicas, onde, problematizar é refletir sobre o conjunto de práticas discursivas que faz algo entrar no jogo verdadeiro dando significado, além de criar condições vividas em sala de aula e considerar os discentes responsáveis por sua própria aprendizagem e história, com atuação mais ativa no processo pedagógico colaborativo (FONTES; COSTA; SILVA, 2015; ARAÚJO, 2000; CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO, 2004; HENRIQUES et al., 2007; ARAÚJO; ARANTES; HOMERO, 2009; HANNA; D'ALMEIDA; EYNG, 2009; JUNQUEIRA, 2009; ARAÚJO; SASTRE, 2009; PEREIRA; BAHIA, 2011; SILVA; NARDI, 2011).

Outros dados coletados nesta pesquisa constataram que, embora a maioria dos docentes entrevistados considerarem-se aptos e preparados para lidar com a questão da diversidade sexual no ambiente escolar, estes não tiveram qualquer preparo durante sua formação acadêmica. Percebeu-se que a maioria dos docentes lida com a temática em sala de aula quando o assunto surge de forma aleatória, sem nenhuma coesão com o conteúdo proposto pelo Projeto Político Pedagógico (PPP).

Nunes et al. (2014, p. 64), afirmam que:

São características do PPP: processo global, amplo e de avaliação permanente; coletivo e democrático, com a participação de todos. Trata-se de processo de longa duração e deve revelar uma constante articulação entre ação-reflexão-ação, num processo de construção contínua.

Assim sendo, o educador colaborativamente precisa revisar o processo de construção e sua articulação com os resultados esperados no planejamento e execução das tarefas.

Para Araújo (2000), Alves e Oliveira (2008), Araújo e Sastre (2009), Araújo, Arantes e Homero (2009) e Fernandes et al. (2013), a pedagogia de projetos, e a aprendizagem baseada em problemas por projetos permite que os discentes utilizem suas experiências socioculturais na resolução dos problemas articulada com as disciplinas na perspectiva interdisciplinar, transdisciplinar e integradora.

Araújo (2008), Anjos (2014), também enfatizam que, a organização e o planejamento das atividades cotidianas também favorecem o desenvolvimento da construção psicológica, do pensamento, dos valores, da intelectualização dos sentimentos, e dos atos, articulações que são atributos no decorrer do processo de formação, socialização, mediação e aprendizado dos discentes.

Para Henriques et al. (2007, p.22):

Na área da educação, a implementação de ações com vistas à promoção da equidade de gênero, identidade de gênero e orientação sexual e ao enfrentamento ao sexismo e à homofobia encontra respaldo nas propostas de ações governamentais relativas à educação, conscientização e mobilização contidas no Programa Nacional de Direitos Humanos II (de 2002), [...], no Programa Brasil sem Homofobia (2004) [...] gestados a partir de lutas e transformações que receberam maior impulso desde a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Neste contexto, a discussão sobre diversidade de gênero ainda é recente no contexto político e educacional, o que enfatiza novos estudos sobre a temática no contexto educacional, político e social. Assim, é fundamental rever a legislação e a prática política, já que a diversidade não diz respeito somente aos sinais que podem ser percebidos fisicamente, ou de acordo com a apresentação da personalidade do indivíduo, por isso, é preciso respeitar as diferenças do outro e do 'mundo' à sua volta, além da superação de conflitos entre os pares, com respeito mútuo e igualitário (ARAÚJO, 2000; HENRIQUES et al., 2007; JUNQUEIRA, 2009; PEREIRA; BAHIA, 2011; ANJOS, 2014).

Nos estudos de Brêtas et al. (2011, p. 3223):

Descobriu-se que 67% dos adolescentes do sexo masculino e 71% feminino

buscavam informações sobre sexualidade. Quanto ao conhecimento sobre sexo e sexualidade, 49% masculino e 51% feminino consideraram suficiente seu grau de conhecimento sobre o assunto, enquanto que 43% masculino e 41% feminino consideravam insuficiente.

Pode-se afirmar que embora a temática da diversidade sexual esteja no centro de discussões entre pesquisadores, teóricos, familiares, educadores, juristas, médicos, profissionais da saúde e leigos, em diferentes contextos, na prática docente e na realidade escolar ainda existe um grande abismo. Também, verificou-se que a temática sobre homo/trans/travestilidade ainda é um tema pouco debatido de forma sistematizada no ambiente escolar (BORTOLINI, 2010; FONTES; COSTA; SILVA, 2015; JUNQUEIRA, 2009; PEREIRA; BAHIA, 2011).

Já Balestero (2011), apresenta diferentes estudos sobre preconceito e violência contra os LGBT, dados que demonstram excessivos abusos. Um fator relevante foi que muitos dos docentes entrevistados consideram a homossexualidade uma doença e afirmam não saberem lidar com a temática em sala de aula. Para Mott (2006), somente o preconceito justifica a percepção destes dados, ou seja, contra a homoafetividade.

Os resultados sobre as instituições de ensino no exercício dos docentes foram:

Tabela 1 – Instituição em que atuam os docentes

Instituição	Quantidade	%
Privada	3	21%
Estadual	7	50%
Municipal	4	29%
Total	14 ^[1]	100%

[1] - Alguns docentes acumulam cargos em mais de uma instituição

Na tabela 1 (acima), observa-se que 50% dos docentes atuam em instituições estaduais. Para Oliveira (2002), os docentes trabalham em instituições que muitas vezes não têm o formato, os estímulos e os recursos necessários para que a atividade educacional ocorra de acordo com as urgências da sociedade atual, além de muitas dificuldades existentes no exercício da profissão, em destaque a dupla jornada.

Já os dados referentes ao tempo de atuação docente, resultam que: a maioria dos

pesquisados atuam há mais de 11 anos, e que 8,3% deles já atuavam mesmo antes de concluírem a graduação.

Figueiró (2006), Silva e Nardi (2011) e Junqueira (2009) destacam, o educador para dialogar e ensinar sobre educação sexual na escola deve ter uma formação, consciência e segurança para lidar com as angústias, as confusões, os medos e conflitos sexuais gerados por múltiplas pressões familiares e sociais. Também deve ser flexível, sensível, inspirar confiança para que o adolescente, ou a criança converse sobre várias temáticas. Sobretudo, ser aquela pessoa que mostre neutralidade, evitando dizer o que está certo ou errado, pois cada família tem seus valores e estes orientam a conduta, de acordo com suas crenças.

Na Tabela 2, os dados foram relevantes:

Tabela 2 – Formação e posicionamento dos sujeitos em relação ao tema diversidade sexual

Questões	Sim	Não
Você teve aulas sobre Diversidade Sexual na graduação?	2	10
Você considera importante debater sobre a Diversidade sexual na graduação? ^[1]	10	2
A temática homofobia foi debatida durante as suas formações? ^[2]	6	6
Você considera relevante dialogar sobre a temática Diversidade sexual na escola? ^[3]	11	1

[1] – O quadro 1 aborda e discute as justificativas dos sujeitos em debater ou não o tema diversidade sexual na graduação.

[2] – A figura 7 informa em qual(is) das formações dos sujeitos a temática homofobia foi debatida.

[3] – O quadro 2 aborda e discute as justificativas dos sujeitos em debater ou não o tema diversidade sexual na escola.

Dos 12 sujeitos entrevistados, 10 declararam não terem tido aulas sobre Diversidade Sexual nos cursos de graduação e 10 consideram importante esta discussão durante a formação acadêmica, metade deles debateram o tema homofobia em alguma das suas formações e 11 sujeitos consideram relevante dialogar sobre a temática Diversidade Sexual na escola. Figueiró (2006, p. 2), descreve que: “[s]abemos que todo o processo formativo dos professores, tanto no Magistério, quanto nas licenciaturas, não os tem preparado para abordar a questão da sexualidade no espaço da escola. [...]” Sequentemente, os docentes se preocupam com a prática em projetos sobre a educação sexual na formação dos discentes, no entanto, muitos se sentem temerosos e inseguros (FIGUEIRÓ, 2006; FONTES; COSTA; SILVA, 2015; PEREIRA; BAHIA, 2011).

Dados da Unesco (2004 apud HENRIQUES et al., 2007, p. 27-28):

A pesquisa Perfil dos Professores Brasileiros, realizada pela Unesco, entre abril

e maio de 2002, em todas as unidades da federação brasileira, na qual foram entrevistados 5 mil professores da rede pública e privada, revelou, entre outras coisas, que para 59,7% deles é inadmissível que uma pessoa tenha relações homossexuais e que 21,2% deles tampouco gostariam de ter vizinhos homossexuais [...]. Outra pesquisa, realizada pelo mesmo organismo em 13 capitais brasileiras e no Distrito Federal, forneceu certo aprofundamento na compreensão do alcance da homofobia no espaço escolar (dos níveis fundamental e médio). Constatou-se, por exemplo, que: o percentual de professores/as que declara não saber como abordar os temas relativos à homossexualidade em sala de aula vai de 30,5% em Belém a 47,9% em Vitória; o percentual dos que percebem a homossexualidade como doença: 7,0% em Florianópolis, 17,1% em Goiânia, 20,5% em Manaus, 22% em Fortaleza; entre os estudantes do sexo masculino, não gostariam de ter colegas de classe homossexuais 33,5% dos de Belém, 39,6% do Rio de Janeiro, 40,9% de São Paulo, 42% de Porto Alegre, 42,3% de Fortaleza, 44% de Maceió, 44,9% de Vitória; [...]

Sequencialmente, formar o sujeito ético competente para agir na sociedade e participar da vida política e pública não se dá somente trabalhando esses direitos e deveres. Educar em valores não pode se limitar ao trabalho educacional de construção de regras é preciso conceitos mais amplos no exercício da cidadania (FONTES; COSTA; SILVA, 2015; BORTOLINI, 2010; ARAÚJO, 2008; ADRIÃO et al., 2010; BRÊTAS et al., 2011; PÁTARO; ALVES, 2011; CAVALCANTE; MACHADO, 2013).

Para Silva e Nardi (2011, p. 260): “[e]m Porto Alegre, tem-se o já conhecido artigo 150, presente em sua Lei Orgânica (1990), que determina a não-discriminação por orientação sexual ou por qualquer outra particularidade ou condição em estabelecimentos públicos no município.”. Neste contexto, a sociedade permite as pessoas se reconhecerem em suas escolhas sexuais e afetivas, além de proteger todas as minorias sociais injustamente discriminadas (FONTES; COSTA; SILVA, 2015; MOTT, 2006).

Já Figueiró (2006) menciona que, os docentes precisam apoiar os discentes na seleção do conhecimento científico sobre a temática sexualidade. Dessa forma, os professores precisam ter conhecimento quanto à pertinência, relevância e à contribuição que o projeto trará ao desenvolvimento dos alunos, na sua capacidade cognitiva e em sua formação como cidadão, por meio da formação permanente e continuada, já que os projetos na promoção da saúde contribuirão com respostas nas indagações dos sujeitos, além da ética profissional e atos auspiciosos (ARAÚJO, 2000; HENRIQUES et al., 2007; JUNQUEIRA, 2009; PEREIRA; BAHIA, 2011; SILVA; NARDI, 2011; CAVALCANTE; MACHADO, 2013; PARANÁ, 2015).

Portanto, a função social da escola, da política educacional, e das leis que combatem a discriminação e o preconceito precisa ser efetivas, além de promover segurança biopsicossocial aos homoafetivos, milhões de jovens e adultos que fazem parte da população de LGBT, independente da classe social, cor, raça, nacionalidade (FIGUEIRÓ, 2006; MOTT, 2006; HENRIQUES et al., 2007; JUNQUEIRA, 2009; SILVA; NARDI, 2011; PRADO, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa possibilitou a percepção da urgência na ampliação, criação e estabelecimento de políticas voltadas para a formação de profissionais da educação em relação à diversidade sexual, para que esses educadores em sala de aula consigam romper com atitudes equivocadas e discriminatórias contra qualquer tipo de orientação sexual, paralelo aos estudos de Junqueira (2009), Silva e Nardi (2011).

No contexto familiar, a discussão precisa ser inserida com efetividade, já que:

Embora existam políticas governamentais nas áreas de saúde e educação voltadas ao tema, faz-se necessária a ampliação daquelas destinadas a preparar a escola e seus agentes para lidarem com a questão da [...] discriminação de gênero e a sexualidade infanto-juvenil (HENRIQUES et al., 2007, p. 51).

Para avançar na discussão, é importante compreender que a batalha pelo reconhecimento e pelo direito à diversidade não se opõe à luta pela superação das desigualdades sociais historicamente tratadas na sociedade, na família, na escola e nas políticas educacionais. Por isso, é importante conhecer para não incorrer no erro de tratar as diferenças de forma discriminatória, aumentando ainda mais a desigualdade, que se propaga via conjugação de relações assimétricas de classe, raça, gênero, idade e orientação sexual (ARAÚJO, 2000; HANNA; D'ALMEIDA; EYNG, 2009; BALESTERO, 2011; SILVA; NARDI, 2011; PEREIRA; BAHIA, 2011; FONTES; COSTA; SILVA, 2015).

Nas palavras de Bortolini e Cassal, (2010, p. 5):

Pudemos observar a importância das intervenções ao longo do curso, para o professor promover discussões sobre sexualidade, gênero, diversidade com um suporte maior. [...]. Os cursistas, em um processo ativo de construção do conhecimento, trocaram dinâmicas, idéias, propostas.

Dessa forma, a citação acima, resumiu todo processo vivenciado durante a construção do projeto de pesquisa entre os professores-cursistas e o professor tutor-colaborador

no decorrer do Curso de Especialização em: ‘Ética, Valores e Cidadania na Escola’ pela Universidade de São Paulo, e posteriormente na elaboração deste artigo

Assim, finalizamos com as afirmações de Araújo (2000), Henriques et al. (2007), Alves e Oliveira (2008), Hanna; D’Almeida; Eyng, (2009), Balestero (2011), Pereira e Bahia, (2011), Silva e Nardi (2011), a Secretaria Especial de Direitos Humanos, o Ministério de Educação, e o filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas, ao mencionarem que: a educação é a única ferramenta de promoção da equidade social capaz de alterar a ‘triste realidade’ de opressão e ausência de cidadania na esfera pública social.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos imensamente aos caros participantes entrevistados na presente pesquisa, às Instituições Privadas e Públicas de Ensino Fundamental e Médio, aos colegas colaboradores, ao estimado Professor Dr. Gilson Luiz Volpato, ao Núcleo de Apoio Social, Cultural e Educacional (NASCE), à Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP), e aos profissionais da equipe da Revista Nuances: estudos sobre Educação, pela parceria.

REFERÊNCIAS

- ABROMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; SILVA, L. B. *Juventude e sexualidade*. Brasília: UNESCO, 2004. Disponível em: http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/ue000078.pdf. Acesso em: 4 jun. 2012.
- ALVES, M. C. S. O.; OLIVEIRA, S. M. A. (Re) significação do aprender-e-ensinar: a pedagogia de projetos como uma proposta interdisciplinar no contexto da escola pública. *EM EXTENSÃO*, Uberlândia, v. 7, n. 2, p. 19-29, 2008. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/viewFile/20510/10941>. Acesso em: 10 maio 2010.
- ANJOS, R. E. O papel da educação escolar no desenvolvimento da personalidade do adolescente. *Nuances: estudos sobre educação*, Presidente Prudente-SP, v. 25, n. 1, p. 228-246, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/issue/view/215/showToc>. Acesso em: 11 abr. 2015.
- ARAÚJO, K. S. Resenha Educativa. Universidade do Minho, Braga, Portugal. p. 1-11, 2007. In: TORRES SANTOMÉ, J. (2006). *A Desmotivação dos Professores*. Lisboa: Edições Pedagogo. Disponível em: <http://www.edrev.info/reviews/revp54.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2015.

ARAÚJO, U. F. Escola, democracia e a construção de personalidades morais. *Educ. Pesqui.* [online]. 2000, v. 26, n. 2, p. 91-107. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v26n2/a07v26n2.pdf>. Acesso em: 10 maio 2010.

_____. Pedagogia de projetos e direitos humanos: caminhos para uma educação em valores. *Pro-Posições*, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a14v19n2.pdf>. Acesso em: 10 maio 2010.

ARAÚJO, U. F.; ARANTES, V. A.; HOMERO, F. F. Ensino de sensoriamento remoto através da aprendizagem baseada em problemas e por projetos: uma proposta metodológica. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, XIV, 2009, Natal. *Anais...* Natal: INPE, 2009. p. 2.365-2.371. Disponível em: <http://marte.sid.inpe.br/col/dpi.inpe.br/sbsr%4080/2008/11.18.01.28.41/doc/2365-2371.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2010.

ARAÚJO, U. F.; SASTRE, G. *Aprendizagem baseada em problemas no Ensino Superior*. São Paulo: Summus, 2009.

BALESTERO, G. S. O direito à diversidade sexual no Brasil e os efeitos violentos do descaso do poder legislativo federal. *Revista Espaço Acadêmico*, São Paulo, v.11, n.123, 2011. Disponível em: <http://eduemojs.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/12331>. Acesso em: 04 jun. 2012.

BANDEIRA, G. G.; SOUSA, L. M.; FERNANDES, H. M. Diversidade e currículo: desafios ao projeto político pedagógico da Escola Cônego Manoel Jácome. In: FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA, V, 2012, Campina Grande. *Anais...* Campina Grande: REALIZE Editora, 2012. Disponível em: http://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/fb0cee0f6efa5611e940dfb4c11e4978_367.pdf. Acesso em: 11 abr. 2015.

BONALDO, R.; CIASCA S. M.; FERNANDES C. O. Funções executivas. In: SEMANA DE FONOAUDIOLOGIA, V, 2007, Campinas. *Anais...* Campinas: UNICAMP, 2007.

BORTOLINI, A.; CASSAL, L. C. B. Diversidade sexual na escola: pensando as práticas de formação continuada In: FAZENDO GÊNERO 9: DIÁSPORAS, DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS, 2010. *Anais...* p. 1-10, 2010. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278344134_ARQUIVO_FazendoGenero-ArtigoAlexandreBortolinieLuanCassal.pdf. Acesso em: 11 abr. 2015.

BORTOLINI, A. Diversidade sexual na escola. In: COSTA, H. et al. (Org.). *Retratos do Brasil homossexual: fronteiras, subjetividades e desejos*. São Paulo: EdUSP: Imprensa Oficial, 2010. p. 667-686. Disponível em: http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/39/Documentos/diversidade_sexual_na_escola.pdf. Acesso em: 13 maio 2012.

BRÊTAS, J. R. S. et al. Aspectos da sexualidade na adolescência. *Ciênc. saúde coletiva [online]*. v. 16, n. 7, p. 3221-3228, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n7/21.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2015.

CAVALCANTE, I. C. L.; MACHADO, E. V. *Políticas Públicas de formação de Professores que atuam no de Ensino Médio para o desenvolvimento da Educação Sexual, conforme os PCNs*. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade Cidade de São Paulo. São Paulo. 91 fls., 2013. Disponível em: http://arquivos.cruzeirodosuleducacional.edu.br/principal/old/mestrado_educacao/dissertacoes/2013/ivana_cavalcante.pdf. Acesso em: 27 jul. 2015.

CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO. *Brasil sem homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf. Acesso em: 4 maio 2012.

COSTA, G. M. C. et al. Promoção de saúde nas escolas na perspectiva de professores do ensino fundamental. *Rev. Eletr. Enf. [Internet]*. v. 15, n. 2, p. 506-515, abr./jun. 2013. Disponível em: <https://www.fen.ufg.br/revista/v15/n2/pdf/v15n2a25.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2015.

CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FERNANDES, C. et al. A transdisciplinaridade promove o conhecimento da epilepsia e educação na escola. *J. Epilepsy Clin. Neurophysiol.* v. 19, n. 2, p. 32-37, 2013. Disponível em: <http://www.jecn.org:7080/joomla/images/pdfs/05V19.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2013.

FERNANDES-MONTEIRO, C. O.; GUEDES, S. F.; MONTEIRO, C. R. C. Plano de trabalho para desenvolvimento de projetos em aprendizagem baseada em problemas no curso de especialização semipresencial. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, IV SIMPÓSIO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ADAPTAÇÕES, II, 2013, Presidente Prudente. *Anais...* Presidente Prudente: Unesp, 2013. p. 186-189. Disponível em: <http://www.nec.fct.Unesp.br/siead/siead2013/paginas/din.php?p=4>. Acesso em: 1 abr. 2013.

FIGUEIRÓ, M. N. D. Educação sexual: como ensinar no espaço da escola. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 1-21, 2006. Disponível em: <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/viewFile/1323/1132>. Acesso em: 27 jul. 2015.

FONTES, A. L. D.; COSTA, J. C.; SILVA, B. E. D. Homossexualidade e novos saberes: um enfoque sobre diversidade sexual na escola de hoje. In: COLOQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES, XI, 2015, Paraíba. *Anais...* Paraíba, 2015. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/generoxi/trabalhos/TRABALHO_EV046_MD1_SA2_I D628_30042015125600.pdf. Acesso em: 27 jul. 2015.

PARANÁ. Governo do Estado. Secretaria da Educação. *Programas e Projetos - Saúde e Prevenção nas Escolas – SPE*. Disponível em:
<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=157>.
Acesso em: 27 jul. 2015.

HANNA, P. C. M.; D'ALMEIDA, M. L. P. K.; EYNG, A. M. Diversidade e direitos humanos: A escola como espaço de discussão e convívio com a diferença. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, IX, 2009, Curitiba. *Anais...* Curitiba: PUCPR, 2009. p. 3.659-3.671. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3217_1599.pdf. Acesso em: 11 abr. 2015.

HERNÁNDEZ, F. *Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho*. Tradução de: Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: ArtMed, 1998. Disponível em:
<http://www.conteudoescola.com.br/site/content/view/88/40/1/0/>. Acesso em: 10 ago. 2015.

HENRIQUES, R. et al. (Org.). Gênero e diversidade sexual na escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos. *CADERNOS SECAD 4*. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília, maio 2007. Disponível em:
http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_cad4_gen_div_prec.pdf. Acesso em: 4 jun. 2012.

JUNQUEIRA, R. D. (Org.). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Brasília, 2009. Disponível em:
<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001871/187191por.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2015.

LOPES, F. et al. (Org.). *Diversidades sexuais*. Adolescentes e jovens para a educação entre pares. Saúde e prevenção nas escolas. Brasília: MS/SVS, 2010. Disponível em:
http://www.unfpa.org.br/Arquivos/guia_diversidades.pdf. Acesso em: 27 jul. 2015.

MOTT, L. Homo-afetividade e direitos humanos. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis: UFSC, v. 14, n. 2, p. 509-521, 2006. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/ref/v14n2/a11v14n2.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2015.

NUNES, A. C. O. et al. *Diálogos e mediação de conflitos nas escolas: guia prático para educadores*. Brasília, DF: Conselho Nacional do Ministério Público, 2014. Disponível em:
http://www.cntp.mp.br/portal/images/stories/Comissoes/CSCCEAP/Di%C3%A1logos_e_Media%C3%A7%C3%A3o_de_Conflitos_nas_Escolas_-_Guia_Pr%C3%A1tico_para_Educadores.pdf. Acesso em: 27 jul. 2015.

OLIVEIRA, J. B. A. Construtivismo e alfabetização: um casamento que não deu certo. *Revista Ensaio*, v. 10, n. 35, p. 161-200, abr./jun. 2002. Disponível em: http://www.alfaabeto.org.br/wp-content/uploads/2013/09/construtivismo_alfabetizacao.pdf. Acesso em: 27 jul. 2015.

PACKER-WILLIAMS, C. L. et al. Understanding the Contextual Factors that Influence School Counselors' Multicultural Diversity Integration Practices. *Journal of School Counseling*, p. 1-34, 2010. Disponível em: <http://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ885045.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2015.

PÁTARO, R. F.; ALVES, C. D. Educação em valores: a escola como espaço de formação para a cidadania na sociedade contemporânea. In: ENCONTRO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, VI, 2011. *Anais...* 2011. Disponível em: http://www.fecilcam.br/nupem/anais_vi_epct/PDF/ciencias_humanas/07.pdf. Acesso em: 10 abr. 2015.

PEREIRA, G. R.; BAHIA, A. G. M. F.. Direito fundamental à educação, diversidade e homofobia na escola: desafios à construção de um ambiente de aprendizado livre, plural e democrático. *Educ. rev. [online]*. n. 39, p. 51-71, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n39/n39a05.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2015.

PRADO, V. M. Gênero, corpo e @tivismos. *Nuances: estudos sobre Educação*, Presidente Prudente-SP, v. 25, n. 1, p. 339-344, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/issue/view/215/showToc>. Acesso em: 10 abr. 2015.

SANDERS, K.; DOWNER, J. T. *Predicting Acceptance of Diversity in Pre-Kindergarten Classrooms*. National Center for Research on Early Childhood Education. 2013. Disponível em: <http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED544016.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2015.

SANTANA, A. L. Diversidade sexual. *InfoEscola: Sociedade*. Disponível em: <http://www.infoescola.com/sociedade/diversidade-sexual/>. Acesso em: 13 abr. 2012.

SARLET, W. I. *A dignidade da pessoa humana*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008. Disponível em: http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/13488/13488_3.PDF. Acesso em: 9 maio 2012.

SILVA, F. R.; NARDI, H. C. A construção social e política pela não-discriminação por orientação sexual. *Physis [online]*, v. 21, n.1, p. 251-265, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v21n1/v21n1a14.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2015.

TOLEDO, P. P. S.; VARGAS, E. P. Sexualidade e diversidade sexual na escola: reflexões a partir da literatura sobre o tema. In: CONGRESSO ONLINE DE GESTÃO, EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE, 2, 2013. *Anais on line*, 2013. Disponível em: http://www.convibra.com.br/upload/paper/2013/59/2013_59_7685.pdf. Acesso em: 27 jul. 2015.

TONATTO, S.; SAPIRO, C. M. Os novos parâmetros curriculares das escolas brasileiras e Educação Sexual: Uma proposta de Intervenção em Ciências. *Psicologia & Sociedade*; v. 14, n. 2, p. 163-175; jul./dez. 2002. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/19618/000354172.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 abr. 2015.

TRINDADE, A. A. C. *Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor. 1997.

Recebido em abril de 2015
Aprovado em julho de 2015